OPINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
Ano X - Edição 279
R$ 2 - De 26/10 a 01/11/2006

VOTO NULO

VENDE-SE

BANCO DO BRASIL
BR
CAIXA
PETROBRAS
CORREIOS
Nossa Caixa

Incredítavel!!! Preço mais baixo da região!

Grande Oportunidade! Melhor Preço!

DEFENDER AS ESTATAIS É VOTAR CONTRA ALCKMIN... E CONTRA LULA

LONGE DOS HOLOFOTES, PT E PSDB PREPARAM REFORMAS

Página 5

O BOLSA FAMÍLIA E A REGRESSÃO SOCIAL CAPITALISTA

Páginas 8 e 9

CORÉIA DO NORTE: COMO ANALISAR A QUESTÃO DO ARMAMENTO NUCLEAR?

Página 11

PÁGINA DOIS

ATO FALHO – FHC disse em entrevista: "Não sou contra a privatização da Petrobras". Depois tentou corrigir dizendo que cometeu um 'cacoete' de linguagem...

PÉROLA

"Travamos uma relação de amizade boa entre Brasil e EUA. Na relação pessoal, ele é uma figura extremamente simpática"

LULA, falando sobre Bush, presidente dos Estados Unidos. (Folha de S. Paulo - 19/10)

POBRE LULA

Lula diz que governa para os pobres, mas em três anos e meio, o lucro das grandes empresas do setor produtivo mais que quadruplicou em relação a igual período do segundo mandato de FHC. A soma do lucro líquido das 227 principais empresas com ações negociadas em Bolsa teve um salto de 349,8%.

POBRE ALCKMIN

No desespero para vencer as eleições, Geraldo Alckmin também está dizendo que é o candidato dos pobres. Na semana passada declarou que é "mais pobre" do que Lula. Sobre a sua esposa, que "ganhou" mais de 400 vestidos de grife, o tucano disse que ela "tinha uma butiquezinha lá em Pinda para ganhar um dinheirinho".

CHAPA QUENTE

A situação dos EUA na ocupação do Iraque está cada dia pior. Só nesse mês, 79 soldados norte-americanos foram mortos, o maior índice desde o início da ocupação. No total mais de 2.700 soldados já morreram. A situação levou Bush, pela primeira vez, a comparar a guerra no Iraque a do Vietnã. Um alto funcionário da diplomacia dos EUA declarou que seu país agiu "com arrogância e estupidez". A chapa ferve contra Bush.

CHARGE / AROEIRA

Quem é quem?

Lula e Alckmin têm esbravejado e se atacado nos debates deste segundo turno. Quem olha assim, até pode acreditar que defendem saídas diferentes para os problemas do país. Será? Marque um X para as perguntas abaixo e descubra se é assim...

Qual candidato governará para os ricos?

RESPOSTA: Os dois. Apesar de ambos citarem programas sociais compensatórios, como o Bolsa Família, quem lucrou mesmo nos oito anos de PSDB e quatro anos de PT foram os ricos. Os banqueiros nunca estiveram tão felizes, com os bancos batendo recordes anuais em seus lucros. Empresários e o agronegócio também estão entre os grandes beneficiados. É por isso, que mesmo com os ataques entre os candidatos nos debates e na TV, o mercado financeiro permanece calmo. Ganhe quem ganhe, o modelo econômico e seus lucros estarão garantidos.

O governo de seu partido foi marcado por escândalos de corrupção e compra de deputados?

RESPOSTA: Os dois. O governo Lula foi marcado pelo escândalo do mensalão, com a compra de deputados de vários partidos para integrar a base governista. O de FHC, do PSDB de Alckmin, foi marcado pela compra de deputados para aprovar a reeleição.

Quem defende reformas contra os trabalhadores, como a Trabalhista e a da Previdência?

RESPOSTA: Os dois. Apesar de evitarem estes temas na campanha, PT e PSDB têm acordo na realização das reformas. Os dois declararam que a Trabalhista será prioridade. Ambos querem diminuir os custos para os empresários, para "tornar o país competitivo". Para isso, vão atacar as férias e o décimo-terceiro. O Supersimples, projeto que ataca os direitos de empregados de pequenas e médias empresas, foi aprovado por eles.

Com qual candidato as estatais estarão livres de privatizações?

RESPOSTA: Nenhum. O PSDB privatizou quase tudo no país. E quer privatizar mais. Mas o que sobrou ainda também está ameaçado por Lula, que continuou mantendo a postura privatista nas estatais, além de atacar bancos estaduais. Você pode conferir mais sobre isso nas páginas centrais.

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **CAPA** Carol Rodrigues **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Carol Rodrigues **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Avenida Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549
www.pstu.org.br/pernambuco

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Dr. Gurgel, 1555 - Vila Sta. Helena - (18) 3221-2032
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

PARA COMBATER A DIREITA É PRECISO UMA POSTURA DE ESQUERDA

O país está à beira de mais um engano eleitoral. É uma experiência comum dos trabalhadores a desconfiança em relação aos "políticos" de prometer uma coisa e fazer outra. Pois bem, em menos de uma semana deve se confirmar o que será uma das maiores decepções da história do país.

As pesquisas indicam que Lula será reeleito no dia 29 de outubro. Já não existirá a mesma euforia de 2002, nem a mesma expectativa de que a vida vai mudar. A experiência com estes quatro anos do primeiro mandato de Lula, já serviu para afastar isso. As pessoas se fizeram menos exigentes, baixaram seu horizonte. Aceitam pequenas migalhas recheadas de corrupção. Afinal "todos roubam", e "não se pode mudar tudo". Mas vão eleger um governo "de esquerda" para evitar Alckmin, da "direita".

Mas mesmo essas expectativas mais modestas vão ser traídas. As mínimas concessões feitas pelo governo do PT em seu primeiro mandato se explicam pelo ciclo de crescimento econômico internacional que está terminando. Virá uma nova crise cíclica da economia capitalista, o que significa mais desemprego e arrocho salarial. Por outro lado, as grandes empresas multinacionais já definiram uma nova rodada de reformas, como a trabalhista e a da previdência encabeçando elas, e que significarão um dos maiores (talvez o maior) dos ataques já sofridos pelos trabalhadores em toda a história.

E isto é assim porque Lula, na verdade, não tem nada a ver com um governo de esquerda. É um governo de direita, fantasiado de esquerda, usando a cara do antigo líder operário que foi Lula no passado para dar credibilidade a seus projetos. Esta é a história não contada nestas eleições. Não se pode combater a direita, defendendo um outro governo de direita. O que existe de "esquerda" em Lula? Será uma corrupção de "esquerda"? Será um neoliberalismo de "esquerda"?

> **PT E PSDB já definiram uma nova rodada de reformas, que significarão um dos maiores -talvez o maior - ataques já sofridos pelos trabalhadores em toda a história.**

Ou o Bolsa Família é de esquerda? Trata-se de uma recomendação do Banco Mundial, para legitimar os mesmos planos econômicos neoliberais de sempre, através da distribuição de migalhas, velho recurso eleitoral populista.

A questão das privatizações, explorada amplamente por Lula, é mais um exemplo desta mistificação. É verdade que o PSDB-PFL de Alckmin foi responsável pelas maiores privatizações da história do país. Mas Lula não é nenhuma garantia em defesa das estatais, como demonstramos nas páginas desta edição do ***Opinião Socialista***.

Lula não reestatizou as empresas privatizadas por FHC, apesar de todas as denúncias feitas por ele próprio sobre as maracutaias que ocorreram. Mas não foi só isso: Lula seguiu privatizando bancos estaduais, criou as PPP's (Parcerias Público–Privado), e seguiu com a privatização parcial da Petrobras, Banco do Brasil e Correios.

Os trabalhadores não têm alternativa eleitoral neste segundo turno. Não existe somente "um perigo de direita", mas sim dois perigos de direita; Lula e Alckmin.

O voto nulo deve ser um ato de protesto contra estas duas candidaturas. Se o voto nulo crescer, enfraquecerá estas alternativas burguesas, ganhe quem ganhe as eleições. Só a luta dos trabalhadores poderá evitar a continuidade da privatização das estatais. O voto nulo deve ser um ato de esquerda, contra as duas propostas da direita.

Só a luta dos trabalhadores pode evitar as reformas neoliberais do novo governo eleito no dia 29. Vote nulo contra as reformas neoliberais!

PONTECORVO: CÂMERAS VOLTADAS PARA A POLÍTICA

NO DIA 12 DE OUTUBRO, o cinema mundial perdeu um de seus mestres, o italiano Gillo Pontecorvo, um dos mais brilhantes representantes do chamado "cinema político", que nas décadas de 1960 e 70, levou para as telas, das mais diferentes formas, a luta dos povos contra a exploração e a opressão social.

WILSON H. DA SILVA,
da redação

Apesar de afastado da direção cinematográfica desde os anos 80, Gillo Pontecorvo continuava a ser uma das principais referências sempre que o tema cinema e política viesse à tona. Uma fama construída principalmente a partir de dois filmes impressionantes e insuperáveis, tanto do ponto político quanto estético: "A batalha de Argel" (1966) e "Queimada" (1969).

Não foi um acaso que estes dois belíssimos filmes tenham sido realizados na década de 60. Afinal, foram anos marcados pela luta contra o imperialismo e colonialismo europeu, particularmente na África, na Ásia e no Oriente Médio; pelos ideais revolucionários que questionavam o poderio norte-americano de Cuba ao Vietnã; pela explosão da luta pelos direitos civis no próprio solo dos EUA e pela rebeldia da juventude que varria as ruas de Paris, do México e outros países.

Infelizmente, foram os anos em que os senhores do poder e do Capital responderam com golpes militares, repressão indiscriminada, torturas e assassinatos.

O brilhantismo de Pontecorvo residia exatamente em utilizar sua arte para representar esse mundo com uma força poucas vezes encontradas em outros cineastas. Sempre defendendo que o cinema deveria ser, acima de tudo, um instrumento de crítica, reflexão e interpretação da realidade, nunca uma forma de entretenimento esvaziada de sentido, o diretor foi um dos melhores exemplos de que, para atingir tais objetivos, não era necessário apelar ao discurso fácil, nem transformar seus filmes em "panfletos" destituídos de qualidade artística.

POUCAS, MAS VIGOROSAS BATALHAS

A filmografia do Pontecorvo não é das mais extensas. Além dos dois filmes citados, o cineasta realizou cerca de outros 15 - como "A Grande Estrada Azul" (1957), "Kapò" (1959) e "O adeus a Enrico Berlinguer" (1984) - infelizmente, dificilmente encontrados no Brasil.

Mas suas obras-primas foram, de fato, "A batalha de Argel" e "Queimada", filmes em que a câmera funciona como uma verdadeira metralhadora voltada contra a opressão e a exploração imperialistas e colonial.

Cena e cartaz do filme "A batalha de Argel"

FACES DE UMA BATALHA PELA LIBERDADE

Realizado apenas quatro anos após a independência argelina, conquistada em 1962, o filme de Pontecorvo tem, ao mesmo tempo, a força e peso da realidade que marcam os bons documentários e a expressividade e profundidade que só são atingidas pelos grandes artistas no cinema.

Filmado em preto em branco, em planos que se detêm nos detalhes de cada ação e, particularmente, nos rostos da população argelina, o filme é centrado na luta da Frente de Libertação Nacional (FLN) entre 1954 e 1960. Mesclando realidade e ficção, o filme é pontuado por seqüências inesquecíveis que evidenciam a posição política de Pontecorvo.

Já na primeira cena, vemos, em 1957, um argelino torturado, humilhado e desesperado sendo obrigado a revelar onde está um dos últimos dirigentes do levante iniciado três anos antes. A chegada dos militares ao local nos remete a 1954 e a uma Argel dividida entre o elegantíssimo Bairro Europeu e o miserável amontoado de casas no Casbah, o bairro muçulmano.

Foi mergulhando sua câmera por estas vielas que Pontecorvo construiu uma história incrivelmente tocante e, ao mesmo tempo, "didática" do ponto de vista revolucionário. Suas lentes e diálogos revelam as distintas táticas utilizadas pelos combatentes, o nascimento da consciência política, o debate entre aqueles que contrapõem "terrorismo" ou a ação de massas (representada através da poderosa greve geral que paralisou Argel, em 1958) como caminho para a revolução e, também, o que acontece do lado dos opressores: de suas táticas à exploração da morte de pessoas inocentes que residiam confortavelmente nos territórios ocupados.

Neste sentido, Pontecorvo produziu uma das melhores falas do cinema político mundial. Em março de 1957, Ben M´ Hidi (dirigente da FLN, preso e assassinado na prisão em um episódio semelhante ao de Vladimir Herzog, no Brasil) foi preso e apresentado à imprensa em uma espécie de "espetáculo". Questionado por um repórter se não achava covardia utilizar-se de mulheres transportando bombas em cestas de frutas, M´Hidi responde: *"Não é mais covarde atacar vilarejos indefesos com napalm que matam muitos milhares mais? Claro que usar aviões nos facilitaria muito a vida. Dêem seus aviões e podem ficar com nossas cestas"*.

Para se ter uma idéia da força do filme, cabe lembrar que, em 2003, o jornal *The New York Times* revelou que o Pentágono o estava exibindo para seus oficiais para que eles estudassem os "desafios" que seriam enfrentados no Iraque.

FOGUEIRA DA HIPOCRISIA

Igualmente imperdível é "Queimada". Nele, o diretor criou uma fictícia colônia portuguesa no Caribe, para a qual Sir William Walker (Marlon Brando), um agente a serviço da Coroa Britânica é enviado com a missão incitar uma insurreição entre os negros cativos e extinguir a escravidão. Para tal, Walker encontra um aliado no carregador negro José Dolores.

No decorrer do filme se percebe que os objetivos de Walker nada têm a ver com a luta pela liberdade. Suas razões são puramente mercantis e se enquadram na política britânica no século 19: escravos não recebem salário e, portanto, não fazem parte do mercado consumidor, fundamental para a expansão política e econômica da Inglaterra. Uma "necessidade" que faz com que o personagem de Brando, simultaneamente, articule a tomada do poder da futura "nação independente" com a oligarquia açucareira.

Dez anos depois, os personagens centrais voltam à cena em papéis diferentes. Dolores transformou-se em um líder "guerrilheiro" e a oligarquia convoca Walker para auxiliá-los a deter a horda de homens e mulheres, livres, porém, miseráveis, que ameaçam seu poder.

Marlon Brando e Evaristo Marquez, em Queimada (1969)

Tão forte e complexo quanto "A batalha de Argel", "Queimada" se debruça sobre os principais temas relacionados ao colonialismo nas Américas, da exploração capitalista, ao racismo; da covarde subserviência das elites locais à hipocrisia sem limites dos agentes imperiais.

Neste sentido, só se pode concordar com o crítico de cinema Luiz Zanin quando afirma que *"em Queimada está em cena não uma representação de fatos históricos, mas o próprio modo de funcionamento da história"*.

E assim foi todo o cinema de Pontecorvo. Indo muito além da simples representação dos fatos, seus filmes são compostos da mesma "matéria" que compõe a história: a luta. E foi exatamente através de filmes compostos pelo embate de planos e posições de câmera, silêncios e gritos, diálogos e músicas, que Pontecorvo deixou sua maior contribuição para a própria história e para a arte.

PT E PSDB PREPARAM O "NOVO CICLO DE REFORMAS"

DIEGO CRUZ, da redação

Ajuste fiscal, arrocho, reforma trabalhista e previdenciária. As verdadeiras medidas que marcarão o futuro governo passaram ao largo do debate que polarizou eleitoralmente o segundo turno. As equipes econômicas de Lula e Alckmin estudam medidas para assegurar a continuidade da política neoliberal e, mais que isso, colocar em prática o que está sendo chamado de um "novo ciclo de reformas".

Após a abertura generalizada da economia, impulsionada na era Collor, a privatização levada a cabo pelos dois mandatos de FHC e a reforma da Previdência realizada por Lula, a nova onda de reformas pretende atacar os direitos trabalhistas e lapidar ainda mais a previdência. O objetivo seria conferir maior "eficiência" à economia, ou seja, aumentar a exploração dos trabalhadores e a transferência de recursos para os juros da dívida a fim de elevar os lucros dos investidores estrangeiros.

Tal necessidade ganhou certo destaque no dia 16 de outubro, quando foi divulgado o relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad). O estudo mostra que o Brasil perdeu quatro posições no ranking dos países que mais receberam investimentos estrangeiros, caindo do 14° para 10° em 2005. Além do real valorizado, o principal motivo apontado para a queda dos investimentos seria o suposto "alto custo do capital", ou seja, elevada carga tributária e principalmente os direitos trabalhistas que encareceriam as contratações.

Dentro desse modelo econômico defendido pelo PT e PSDB há aplicação das Reformas torna-se inevitável

JÁ ESTÁ NO PAPEL

Longe dos holofotes, a equipe do governo já está adiantada na preparação das novas reformas. Artigo divulgado em setembro pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, traça a agenda econômica para 2007. Assinado pelos economistas Fabio Giambagi e Paulo Mansur Levy, o artigo defende um conjunto de reformas para garantir um crescimento econômico da ordem de 4,5% a 5% a partir de 2011.

Para isso, seria necessário um forte ajuste e elevação do superávit primário (economia que o governo faz para pagar os juros da dívida). O prêmio tão almejado para o esforço é a promoção do Brasil ao grau de "investment grade", ou seja, o status de país modelo para os investidores conferido pelas agências internacionais de risco. Entre as metas para os próximos anos segundo o artigo estaria a *"redução substancial da dívida líquida do setor público na próxima década, mediante uma política de superávits primários que conservem durante vários anos as contas fiscais superavitárias mesmo após o pagamento de juros"*.

No entanto, não é apenas um longo e brutal arrocho que os economistas do governo planejam. Para eles, o principal problema das contas públicas não é o gigantesco montante destinado ao pagamento dos juros da dívida, mas a Previdência social. Para resolver tal "problema", a solução dada pelos técnicos passa textualmente pela *"desvinculação entre piso previdenciário e o salário mínimo"*.

Num dos trechos mais escandalosos, os economistas defendem a *"explicitação na Constituição de que todas as aposentadorias - incluindo o piso - serão corrigidas por um índice de preços a ser definido em lei (...) igualando o Brasil à grande maioria dos países do mundo, onde a remuneração dos aposentados, na melhor das hipóteses, acompanha a inflação, porém sem aumentos reais"*.

Além disso, o documento defende a prorrogação e ampliação do mecanismo da DRU (Desvinculação das Receitas da União), criado pelo governo FHC. A DRU possibilita atualmente que o governo desvie 20% das verbas do orçamento destinado à saúde e educação, por exemplo, para pagar juros da dívida. Para os economistas do Ipea, a DRU deveria ser de 35%. O próprio Lula defendeu a mudança no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 23 de outubro. *"Isto pode ser discutido dentro de um programa de melhora da qualidade do gasto primário"*, afirmou. A medida é orientada pelo FMI, dentro do plano de flexibilizar gastos com saúde e educação, isto é, eliminar da Constituição a obrigação de gastar determinada porcentagem fixa do orçamento com esses setores.

O modelo de gestão econômica apontada como ideal seria o praticado por países como Chile, Índia e, em última instância, a própria China, ou seja, países cujos trabalhadores não gozam da mínima proteção trabalhista. Isso mostra que, dentro desse modelo econômico empunhado tanto pelo PT quanto o PSDB, a aplicação das reformas neoliberais torna-se inevitável.

MAIS ARROCHO NO SERVIÇO PÚBLICO

Tanto Alckmin quanto o presidente à reeleição planejam aprofundar o arrocho no setor. O assessor da candidatura Alckmin, o economista Yoshiaki Nakano, afirmou em entrevista à agência Reuters que aplicaria um brutal corte de gastos logo no primeiro ano de governo. O plano de Nakano consiste em cortar nada menos que 3% do PIB ao ano, o equivalente a R$ 60 bilhões.

Já Marco Aurélio Garcia, que substituiu Berzoini no comando da campanha de Lula, afirmou que reduziria os gastos do Estado, sobretudo com o funcionalismo. "Nós vamos ter cortes de gastos. Vamos fazer uma política gradual de corte de gastos", *afirmou ao jornal* Folha de S. Paulo *do dia 14 de outubro.*

CONSTRUINDO O CONSENSO

A estratégia é ampliar a propaganda mentirosa do Estado perdulário para aprofundar o ajuste fiscal. Assim como fez durante a reforma da Previdência em 2003, quando protagonizou uma insidiosa propaganda de mídia taxando os servidores de privilegiados, agora a tentativa de aprofundar este falso consenso volta à tona.

No entanto, contrariando esse argumento, o gasto com servidores vem diminuindo. Em 2002, último ano do governo FHC, a União gastou o equivalente a 5,58% do PIB com pessoal. Em 2006, a projeção dessa relação é de 5,17%, considerando a estimativa do Ipea de crescimento de 3,3% do PIB no período. Já com relação à Receita Corrente Líquida (arrecadação de impostos deduzidas as transferências aos estados e municípios e despesas com previdência), vê-se que o gasto com servidores sofreu, proporcionalmente à arrecadação, uma forte redução nos últimos anos. Em 2000 o governo gastava 39,9% da Receita com funcionalismo. Em 2005, gastou com o setor apenas 33,7%.

Além disso, um estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) lançado em 2005 compara a relação entre o número de funcionários públicos em relação à PEA (População Economicamente Ativa). O Brasil é o país onde essa relação é mais baixa na América Latina, de apenas 1%. Na Bolívia essa porcentagem é de 5,5%. Até mesmo o Chile, país que serviu de tubo de ensaio do neoliberalismo, possui 1,2% da PEA composto por servidores. Nos EUA, onde serviços públicos essenciais como saúde e educação são providos por empresas privadas, cerca de 2% da população que trabalha são servidores públicos.

Leia no portal o documento do Ipea e baixe o estudo do Dieese sobre gasto público com funcionalismo e a evolução da dívida.

PT E PSDB: EU PRIVATIZO, TU PRIVATIZAS...

JEFERSON CHOMA, *da redação*

O debate sobre as privatizações tornou-se o centro das eleições neste segundo turno. Tentando ampliar sua vantagem, Lula passou a denunciar o PSDB pelas privatizações passadas e identificou Alckmin como ameaça ao Banco do Brasil, à Petrobras, à Caixa Econômica Federal e aos Correios. Mas o discurso de Lula é pura retórica eleitoral, que explora a experiência da população com as privatizações.

Nos anos 90, houve uma intensa campanha contra as estatais. Uma verdadeira lavagem cerebral feita pelos meios de comunicação e pelo governo de Fernando Henrique, cujo propósito era facilitar as privatizações. Dizia-se que as vendas trariam preços mais baixos "graças à eficiência das empresas privadas". Hoje os tucanos repetem, na maior cara-de-pau, o discurso de que as privatizações "beneficiaram a população".

Mas os únicos a tirar vantagem foram os empresários estrangeiros, que adquiriram as estatais a preços de banana e faturam lucros bilionários. Para o povo, as privatizações resultaram em alta nas tarifas, piora na qualidade dos serviços e o "apagão" de energia. Essa experiência explica o repúdio da população a uma nova onda de entregas.

Em São Paulo, Alckmin foi um verdadeiro exterminador de estatais. Ele privatizou o setor elétrico, o Banespa, as rodovias paulistas e vendeu 49% do banco Nossa Caixa, que só não foi privatizado integralmente porque José Serra freou o processo por interesses eleitorais.

Por outro lado, o PT também realizou privatizações em várias prefeituras, como em Ribeirão Preto (SP).

Apesar do discurso, Lula também contribui com as privatizações. Mas é diferente da "maneira clássica" dos tempos de FHC, com leilões nas bolsas. O petista entrega nosso patrimônio de maneira sorrateira, em etapas.

Nestas páginas vamos mostrar como as privatizações petistas estão avançando e como o país continua sendo "subtraído em tenebrosas transações". Ao contrário do que diz a propaganda do PT, não será o voto em Lula que vai impedir a entrega das estatais. Somente as lutas e mobilizações dos trabalhadores podem impedir a entrega do patrimônio.

PSDB: NÃO VERÁS PAÍS NENHUM

Qual seria a sua reação se vendessem sua casa por 10, quando ela vale 100? Certamente de profunda indignação. Foi justamente isso que o governo FHC fez com as estatais. O processo de privatização foi talvez a maior roubalheira da história do país. Algo comparável ao saque do ouro de Minas Gerais, realizado pelos colonizadores portugueses no século 18.

Em primeiro lugar, o patrimônio das empresas foi totalmente sub-avaliado. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, é avaliada em R$ 127 bilhões, mas foi vendida por R$ 3,3 bilhões, quase igual ao lucro líquido de R$ 3,9 bilhões obtido pela empresa no segundo trimestre deste ano. Só com a Vale, foram roubados do país R$ 123,3 bilhões, quase 60 bilhões de dólares, metade da dívida externa atual.

Esse dinheiro foi para os novos donos da empresa, assim como sustentou os cofres do PSDB e do PFL, em um dos maiores escândalos de corrupção da história. Alckmin pergunta a Lula de onde surgiu o R$ 1,7 milhão para comprar o dossiê, mas antes deveria responder o que foi feito com o dinheiro roubado do povo na privatização da Vale.Outro exemplo da roubalheira foi a privatização da Telebrás, avaliada em R$ 120 bilhões, mas vendida por R$ 22 bilhões.

CELSO JUNIOR/AGÊNCIA ESTADO

Alckmin chegou a se fantasiar de estatais para conquistar votos

A GRANDE FARSA TUCANA

Alckmin e os tucanos orgulham-se de terem vendido as estatais. Dizem que elas "ajudaram" o país e os serviços melhoraram. Um dos argumentos mais usados é que a venda da Telebrás permitiu o acesso fácil da população aos telefones fixos e celulares.

Como isso foi obtido? A explicação é simples. Para aumentar os lucros dos futuros compradores, o governo "engoliu" dívidas bilionárias das estatais, demitiu funcionários, investiu muito e aumentou tarifas e preços antes da privatização. Em seguida, o governo liberou empréstimos do BNDES para os compradores com juros muito abaixo dos níveis de mercado.

Um dos casos mais escandalosos foi a privatização da Telebrás. Pouco antes de vender a estatal, o governo reajustou as tarifas em até 500% para gerar lucro aos novos donos. E investiu R$ 21 bilhões na empresa antes de leiloá-la.

Com esse investimento, o governo ampliou redes, instalações, estações, cabos e toda a infra-estrutura do sistema telefônico, deixando tudo pronto para as telefônicas começarem a faturar. Os investimentos que permitiram a ampliação do sistema de telefonia do país e os lucros pelos novos donos foram obtidos com dinheiro público.

Nada foi feito para beneficiar a população. Tudo levou em conta a busca de grandes lucros para os grupos que compraram as estatais.

A suposta "ineficiência" das estatais era fruto de uma política econômica que beneficiava os grandes grupos empresariais. O jornalista Jânio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, lembrou em sua coluna que, para favorecer as empresas automobilísticas, o preço do quilo do aço quando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) era estatal custava o mesmo que um maço de salsa. A "ineficiência" era produto de uma política privatizante do Estado.

ENTREGA SILENCIOSA, O MODO PETISTA DE PRIVATIZAR

Quando Lula chegou ao governo, muitos tinham a esperança de que ao menos uma auditoria fosse feita para revelar as maracutaias das privatizações. Mas nenhuma investigação ocorreu. Pior, o governo do PT seguiu com medidas que privatizam as estatais de forma gradual e silenciosa. Vejamos como isso ocorre.

PETROBRAS

FHC instituiu "parcerias" da Petrobras com sócios estrangeiros. Isso ocorreu em áreas em que a estatal descobriu petróleo e que foram entregues para multinacionais por meio de leilões. De acordo com a lei, todo o petróleo extraído destas jazidas destina-se à exportação.

Ao invés de interromper a entrega do nosso petróleo, Lula deu seqüência aos leilões. Em um deles, foram entregues 913 blocos onde, segundo estudos da Petrobras, existem 6,6 bilhões de barris, o que corresponde à metade das reservas nacionais comprovadas.

Além disso, houve um processo de abertura do capital da empresa. Hoje a maioria do capital da Petrobras (cerca de 60%) está nas mãos de investidores privados. O Estado tem apenas a maioria do capital votante, o que permite o controle administrativo da Petrobras. Para garantir a maior taxa de lucro possível aos acionistas privados, a empresa continua a vender petróleo com os preços internacionais, apesar da auto-suficiência conquistada este ano.

Para aumentar os lucros dos acionistas, a terceirização cresceu enormemente no governo Lula. Eram 126 mil terceirizados em 2003 – em 2005, já eram 153 mil. No Brasil o número de petroleiros terceirizados é três vezes maior que o de concursados.

São trabalhadores praticamente sem direitos – os que reivindicam melhoria da qualidade de vida são perseguidos. Os concursos públicos ocorrem desde 2000 porque há necessidades geradas com o crescimento da empresa, mas as terceirizações crescem em ritmo muito maior.

AG. BRASIL

CORREIOS

Em alguns países a privatização dos Correios se deu através de leilões, como é o caso da Argentina. No Brasil, a luta dos trabalhadores da empresa impediu que os governos tivessem força para realizar uma privatização clássica. O caminho adotado foi a desregulamentação do setor combinada com a terceirização.

Durante o governo FHC, os ataques foram mais violentos. Ele promoveu uma reestruturação produtiva com extinção de cargos e incorporação das tarefas em cargos já existentes, além da terceirização dos serviços de transporte, manutenção e apoio logístico.

Os Correios só não foram destruídos completamente porque o movimento resistiu com greves e ocupações quando FHC encaminhou o projeto de desregulamentação do setor que previa o fim do monopólio postal e da ECT, para criar uma nova empresa chamada Correios do Brasil S.A.

Lula retirou o projeto de FHC do Congresso, mas não revogou nenhuma medida privatizante. Pelo contrário, aprofundou o processo de privatização velada.

Foi o caso, por exemplo, do chamado Banco Postal, uma parceria entre o Bradesco e os Correios, cujo objetivo foi integrar ao mundo financeiro o brasileiro dos grotões.

Lula não acabou com o Banco Postal, mas o expandiu para todo o país. Existem hoje 5.551 (mais de 5 mil criadas só por Lula) agências espalhadas por 4.834 municípios. Isso com base na exploração do trabalho dos atendentes comerciais que do dia para noite viraram "bancários".

No setor de transporte, Lula aprofundou a terceirização de forma absurda. Não realizou um único concurso para motorista. Os profissionais dessa área estão sendo substituídos por trabalhadores terceirizados.

Como último exemplo, Lula apresentou proposta para acabar com o Plano de Cargos e Salários (PCCS), instituindo o cargo amplo com múltiplas funções e inclusive o trabalho por tempo parcial, sem os mesmos direitos de quem trabalha com jornada normal.

(Ezequiel Filho, de São Paulo)

BANCO DO BRASIL

A privatização também avança lentamente no Banco do Brasil. Uma de suas vias é o crescimento da terceirização dos serviços. O BB ampliou para cerca de 10 mil os pontos de atendimento eletrônico. Essa rede está a cargo da Embratel e da Telemar. O banco vai pagar R$ 627,1 milhões pela prestação de serviços por cinco anos.

Outra via importante da gradual privatização do BB é a ampliação do capital estrangeiro na sua composição acionária. A participação de acionistas estrangeiros aumenta a cada ano. Segundo balanço de dezembro de 2005, os estrangeiros detinham 3,4% do capital da instituição. No início de 2006, aumentou para 5,6%. Agora o governo alargou esse limite para 12,5% das ações, que podem ser compradas na Bolsa de Nova York.

O BB perde o caráter de banco público e opera cada vez mais como banco comercial, cobrando as mesmas taxas extorsivas dos bancos privados. O objetivo é tornar o banco mais "rentável". Assim, o salário dos bancários é arrochado e as terceirizações não são revertidas.

O caráter comercial do BB também serve para que as estatais garantam os compromissos de superávit primário. Até setembro, o setor conseguiu economizar mais de R$ 13 bilhões para pagamento de juros. Destes, mais de R$ 5 bilhões vieram das estatais.

PPP'S: A PRIVATIZAÇÃO DOS SONHOS

A lei de Parcerias Público-Privadas (PPP), aprovada pelo governo Lula, criaram a possibilidade de privatização de inúmeros serviços e bens públicos fundamentais.

Com elas, o Estado estabelece parcerias com empresas privadas por um período de 5 a 35 anos. Por meio de uma concessão administrativa, o Estado concede ao setor privado a produção e o fornecimento de bens e serviços públicos de uso gratuito. Nas concessões patrocinadas, a remuneração vem das tarifas cobradas pelos serviços (metrô, ferrovia, correio, etc) ou obras (estradas, etc) mais um determinado valor pago pelo Estado às empresas concessionárias. Pela lei, os investidores privados entram com apenas um quinto do financiamento total de uma obra e ainda tem a garantia de retorno.

Ou seja, o Estado utilizará recursos públicos para garantir o lucro privado. É a privatização dos sonhos para os capitalistas.

PREFEITURAS DO PT TAMBÉM PRIVATIZARAM

Ao longo dos anos 90, o PT foi contra as privatizações realizadas por FHC. Contudo, prefeituras do partido também venderam importantes empresas. Quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antônio Palocci brindou a cidade com um presente de grego, fazendo a abertura de capital da CETERP (Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto) que pertencia à prefeitura, altamente lucrativa e classificada como a segunda melhor do país em eficiência. O argumento usado para convencer a população era de que em pouco tempo toda a telefonia do país seria privatizada e uma empresa municipal estaria inviabilizada. E assim, Palocci entregou 49% das ações da empresa ao capital privado.

Após a introdução de Palocci, o prefeito do PSDB que veio logo depois concluiu a privatização vendendo a preço de banana ao capital privado, os 51% das ações que a prefeitura ainda detinha.

(Fátima Fernandes, de Ribeirão Preto)

SÓ A LUTA PODE BARRAR PRIVATIZAÇÕES

Trabalhadores devem exigir a reestatização e o fim das privatizações em curso, como os leilões da Petrobras

Muitos temem o retorno do PSDB ao governo e a retomada das privatizações no país. Por isso, há trabalhadores afirmando que irão votar em Lula "contra Alckmin e as privatizações". Queremos dizer, entretanto, que Lula também representa um perigo para as estatais, pois realiza uma privatização silenciosa. Se o presidente estivesse realmente contra as privatizações ele deveria reestatizar as empresas privatizadas pelo PSDB. Os trabalhadores que votarem em Lula por medo de Alckmin devem cobrar a reestatização do candidato do PT.

Entretanto, Lula não reestatizou nenhuma empresa porque está de acordo com as privatizações de FHC e as utiliza agora contra Alckmin por puro cálculo eleitoral. É a mesma hipocrisia do PSDB quando critica a corrupção petista, "esquecendo" a roubalheira dos tempos de FHC.

Os trabalhadores devem exigir a reestatização e o fim das privatizações parciais em curso nas estatais que restaram, como os leilões da Petrobras, abertura do capital, as PPP's etc. As estatais devem passar para o comando dos seus próprios trabalhadores que devem ter o direito de eleger a diretoria das empresas.

Está comprovado que a única maneira de impedir as privatizações é por meio da lutas dos trabalhadores. Na Bolívia, por exemplo, a privatização da água em Cochabamba foi revertida após uma intensa mobilização da população.

Atualmente há em curso uma campanha pela reestatização da Vale do Rio Doce. A campanha "A Vale é nossa" reúne entidades da sociedade civil e movimentos sociais estão divulgando como foi fraudulenta a privatização. Nos mesmos moldes do Plebiscito sobre a Alca, está previsto um plebiscito popular sobre o assunto para o segundo semestre de 2007.

UM ARGUMENTO CRÍTICO SOBRE O BOLSA-FAMÍLIA

"A liberdade implica em poder de escolha por parte do consumidor e, quando confrontado com as necessidades realmente fundamentais, o consumidor não tem qualquer escolha. Normalmente não se 'escolhe' entre pão e uma passagem aérea, entre educação básica e um segundo televisor, entre tratamento de saúde e um tapete persa. O dinheiro, enquanto meio para a liberdade do consumidor, é eficiente apenas para a escolha entre bens relativamente supérfluos – dado um alto grau de equidade de renda. Como um meio de se determinar os rumos básicos da alocação social de recursos, é passível de ser tanto injusto como ineficiente."

Ernest Mandel, em Socialismo versus Mercado

VALÉRIO ARCARY, professor do CEFET/SP, historiador e militante do PSTU

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de até R$ 120). Os valores pagos pelo Bolsa Família variam de R$ 15 a R$ 95 por mês, de acordo com a renda da família e o número de crianças. Ao entrar no Bolsa Família a família se compromete a manter suas crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e a cumprir os cuidados básicos em saúde: o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação. Em 2006 foram beneficiados mais de 11 milhões de famílias.

O Bolsa Família foi debatida na campanha eleitoral brasileira como sendo a principal política social do governo Lula. Os partidos que sustentam o governo do PT e os partidos da oposição burguesa disputaram os direitos autorais desta política – os petistas teriam se inspirado na experiência do governo Cristóvam Buarque no Distrito Federal, então ainda no PT, e os tucanos no projeto da prefeitura do PSDB em Campinas no Estado de São Paulo - garantindo todos, energicamente, que ela seria mantida. Esqueceram-se todos de admitir que as políticas sociais compensatórias focadas são um modelo de políticas públicas defendidas pelo Banco Mundial há mais de 15 anos: planos semelhantes foram sendo implantados no México, na Argentina e no Chile. Nestes países, as políticas sociais compensatórias criaram um novo modelo de clientelismo político associado ao controle dos cadastros e à cooptação dos movimentos sociais.

REFORMAS SÃO HOJE MAIS DIFÍCEIS E ESTÃO SEMPRE AMEAÇADAS

No Brasil, os 10% mais ricos da população são donos de, pelo menos, mais de 45% do total da renda nacional – os números são aproximativos porque a renda do capital tende a ser subestimada - enquanto os 50% mais pobres – ou seja, mais de 90 milhões de pessoas – ficam com menos de 14% do total da renda nacional. Entre 50% e 70% da população é analfabeta ou não atribui sentido à linguagem escrita. A imensa desigualdade social, a extrema pobreza e a baixíssima escolaridade da maioria da população são a herança que o capitalismo brasileiro deixou ao século XXI.

Os socialistas estiveram sempre de acordo, historicamente, fossem reformistas ou revolucionários, na defesa da luta por reformas. As reivindicações salariais, a defesa do direito ao trabalho para todos, a redução da jornada do trabalho, por exemplo, são bandeiras tradicionais desde a fundação do movimento operário moderno. Suas diferenças se concentraram em apreciações opostas sobre a possibilidade ou não de reformar o capitalismo. Os moderados eram e são mais crédulos, e os radicais mais céticos. Os gradualistas depositaram confiança na via da colaboração de classes: pactos nos sindicatos, pressões sobre os parlamentos, negociações com os governos.

Os revolucionários nunca afirmaram que reformas não eram possíveis, mas repetiram que, em uma época de crise crônica do capital, seriam ainda mais difíceis que no passado, e mais efêmeras. Insistiram na luta de classes para que os trabalhadores desenvolvessem uma experiência prática de que todas as reformas conquistadas pela mobilização estariam sempre ameaçadas, enquanto o capitalismo estivesse de pé. Apostaram na capacidade dos trabalhadores e seus aliados de desenvolverem instinto de poder, e confiassem de que seria indispensável ir além da propriedade privada.

Nos últimos 30 anos, a história vem dando razão aos marxistas revolucionários. O capitalismo passou a atacar, em escala mundial, as reformas conquistadas pelas gerações anteriores. Os reformistas desertaram do campo da defesa das reformas e, para defendê-las, passou a ser necessária determinação revolucionária, até para construir greves por aumento de salários. Reformas progressivas e duradouras só foram conquistadas quando as classes dominantes se sentiram ameaçadas pelo perigo de revoluções, como no pós-guerra.

REFORMAS PROGRESSIVAS E REFORMAS REACIONÁRIAS

Os socialistas distinguiam reivindicações progressivas, que estendem direitos, das reacionárias, que aprofundam injustiças. A agrária é somente uma reforma no acesso à propriedade da terra, porque não ameaça a sobrevivência do capitalismo, mas é uma reforma progressiva. Programas como o ProUni, por exemplo, são reacionários porque transferem verbas públicas para o ensino privado.

Os socialistas não contrapõem os programas sociais universais – como educação, saúde e previdência – aos programas sociais focados, típicos da assistência social que articula uma rede de proteção aos mais vulneráveis, como as crianças, os doentes e os idosos. O Estado deveria desenvolver, simultaneamente, ambos.

São os neoliberais que defendem os segundos contra os primeiros, porque os investimentos em universalização de direitos pressupõem recursos muito volumosos, e exigiriam uma forte arrecadação fiscal. Os liberais querem diminuir a carga fiscal e redirecionar os gastos públicos ao pagamento da dívida e para investimentos em infra-estrutura que reativem os negócios.

São dois os principais argumentos críticos às políticas sociais focadas apresentados neste debate. O primeiro, a desproporção entre o Bolsa Família e o oceano de miséria que há no país, que impede que esta política compensatória garanta, mesmo que em uma longuíssima duração, uma redução significativa da desigualdade, ao contrário do que já foi demonstrado pelo aumento do salário mínimo, da garantia do pleno emprego.

O outro é o modelo assistencialista que perpetua a dependência dos beneficiados, e estabelece uma divisão na classe trabalhadora entre os que recebem e os que não recebem sem trabalhar, aceitando a premissa neoliberal que afirma que o Estado não teria a obrigação de garantir trabalho para todos. Estes argumentos são verdadeiros. Apresentaremos neste artigo um terceiro argumento: a distribuição de dinheiro é menos eficaz que a distribuição de produtos e perpetua a mercantilização dos bens mais intensamente necessários.

DESMERCANTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS BÁSICOS OU DISTRIBUIÇÃO DE DINHEIRO?

O projeto socialista é a distribuição universal dos bens e serviços mais intensamente sentidos como necessidades básicas. Um processo gradual de redução do uso e, finalmente, eliminação da moeda seria possível, desde que as principais forças produtivas do mundo estivessem ao serviço das necessidades humanas. O projeto socialista não é uma proposta de diminuição do consumo da maioria, mas, ao contrário, a única forma de garantir a sua ampliação. Os socialistas sempre argumentaram que a socialização da propriedade e o planejamento estariam ao serviço da satisfação das necessidades mais sentidas, mas não concluíram que as necessidades individuais deveriam ser reprimidas. A premissa econômico-moral da superioridade do socialismo sobre o capitalismo é que as primeiras devem ter prioridade sobre as segundas. A distribuição gratuita dos bens e serviços mais necessários é uma forma mais racional e econômica de repartição que a entrega de dinheiro – o critério dos projetos de renda mínima - e a venda de mercadorias. Mandel demonstrou este argumento em 'Socialismo versus Mercado':

"A África contemporânea fornece um outro exemplo dessas verdades. Quando a fome devasta o Sahel, quem condenaria a distribuição de alimentos por rações aos famintos como um exemplo de alocação 'ditatorial', reduzindo os esfomeados a ''servos' – quando lhes vender comida os faria ''mais livres'? Se uma epidemia grave irrompe em Bangladesh, a distribuição controlada de remédios deve ser considerada nociva se comparada com sua compra no mercado? A realidade é que é muito menos custoso e mais razoável satisfazer as necessidades básicas através da distribuição direta – ou redistribuição – do total de recursos disponíveis para elas, e não pelo caminho indireto da alocação por dinheiro no mercado. (grifo nosso)[1]

Mandel nos alerta para uma conclusão muito simples. O planejamento é um mecanismo de regulação mais eficiente do que o mercado para a satisfação das necessidades mais sentidas. Um planejamento à escala mundial poderia garantir a distribuição dos produtos mais indispensáveis à vida para todos os habitantes do planeta. Queremos todos, no essencial, os mesmos produtos. Gastamos nossos recursos na satisfação das mesmas necessidades, sejam elas materiais ou culturais. Não há razão alguma que nos condene a viver em um planeta em que a esmagadora maioria da humanidade só tem pela frente um futuro de privação, ignorância e embrutecimento. O dinheiro só é mais eficaz do que o planejamento, quando pensamos a distribuição dos produtos de consumo idiossincrático que as pessoas, de carne e osso, só se propõem adquirir depois que as necessidades elementares de alimentação, residência, transporte, educação, saúde, previdência e lazer foram satisfeitas. Mais adiante Mandel conclui:

"O dinheiro e as relações de mercado, em contraste se consubstanciam como instrumentos de garantia à maior liberdade do consumidor na exata medida em que as necessidades básicas tenham já sido satisfeitas.(...) Se a sociedade democraticamente decide dar prioridade alocativa à satisfação das necessidades básicas, ela automaticamente reduz os recursos disponíveis para a satisfação de necessidades secundárias ou de luxo. Este é o sentido no qual não há escapatória de alguma "ditadura sobre as necessidades", por tanto tempo quanto as necessidades básicas insatisfeitas não se tornem, por completo, de natureza marginal. Mas é aqui que o argumento político em favor do socialismo se torna mais claro e óbvio. Pois, seria mais justo sacrificar as necessidades básicas de milhões de indivíduos ou as necessidades secundárias de dezenas de milhares? Fazer essa pergunta não equivale a sancionar a frustração das necessidades mais sofisticadas que vêm se desenvolvendo com o avanço da própria civilização industrial. ***O projeto socialista é o de uma gradual satisfação de mais e mais necessidades, e não uma restrição a requisitos básicos. Marx nunca foi um defensor do ascetismo ou da austeridade."***[2]

O modelo assistencialista perpetua a dependência dos beneficiados e aceita a premissa neoliberal de que o Estado não tem a obrigação de garantir trabalho para todos

Não há estudo algum que garanta que a entrega de dinheiro para as pessoas em condição de miséria absoluta, como o Bolsa Família, seja mais eficaz que a distribuição gratuita dos produtos mais intensamente necessários. O próprio governo Lula reconhece que a finalidade desta política social focada – a redução da subnutrição – pode não ser alcançada, se o dinheiro não chegar primeiro às mãos das mães de família. Não é preciso uma especulação muito longa para compreender que o Estado teria condições de compras muito mais vantajosas, por razões de escala, se estivesse disposto a assumir a distribuição direta, estimulando a auto-organização popular da fiscalização do cadastro.

A distribuição indireta pela alocação de dinheiro é justificada, argumentando-se que a corrupção endêmica poderia ser driblada pela entrega do cartão bancário.

Mas, os próprios defensores das políticas sociais focadas são obrigados a admitir que o cadastro das famílias alvo do programa pode ser manejado com segundas intenções pelas autoridades locais responsáveis pelo cadastramento. A manipulação política da miséria, por outro lado, não parece ter diminuído com os cartões da Bolsa Família. A corrupção é intrínseca a um sistema social incapaz de diminuir as desigualdades sociais.

Acontece que as premissas ideológicas do liberalismo exigem que o lugar do Estado seja, politicamente, subvertido, em relação à etapa histórica anterior. Os neoliberais não podem admitir a desmercantilização dos produtos mais intensamente necessários à sobrevivência. Não só não estão dispostos à garantir a distribuição gratuita dos alimentos aos famintos ou dos remédios aos doentes, como passam a defender, ostensivamente, a privatização dos serviços públicos universalizados nos países centrais na etapa do pós-guerra. No Brasil, a decadência da saúde pública e as restrições às condições das aposentadorias foram responsáveis pela expansão, a partir dos anos oitenta e noventa, da medicina e da previdência privada. Tony Blair e George W. Bush são, por sua vez, entusiastas defensores que o Estado entregue dinheiro às famílias para que elas escolham aonde os seus filhos queiram estudar na rede pública ou privada. Já o governo Lula defende a anistia fiscal do ensino superior privado em troca de matrículas. Esta regressão social das políticas públicas do capitalismo é uma das caras da barbárie que cresce no mundo.

ARES / CAGLECARTTONS.COM

[1] *MANDEL,Ernest, **Ibidem**, 1991, p.55.*

[2] *MANDEL,Ernest, **Ibidem**, 1991, p.56.*

WWW.PSTU.ORG.BR

Leia no portal o artigo 'O socialismo que queremos', último capítulo do próximo livro de Valério Arcary, 'O Encontro da Revolução com a História', a ser publicado em novembro pelas editoras Xamã e José Luis e Rosa Sundermann

FUP SE NEGA A FAZER CAMPANHA SALARIAL

Mesmo com a traição da entidade, petroleiros organizam a luta pelo país

AMÉRICO GOMES, da Direção Nacional do PSTU

O boletim da direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP) do dia 6 surpreendeu os petroleiros. Para defender as propostas do governo Lula, a direção da FUP fraudou o último congresso e dividiu a entidade. Agora, alegando que a prioridade é reeleger o presidente, resolveu abandonar a campanha salarial reivindicatória para fazer campanha eleitoral.

O que está por trás disso é o medo que os ex-sindicalistas têm de perder seus cargos e privilégios no governo. Por isso, resolveram largar a máscara de combativos para preservar seus cargos na Petrobras.

No interior da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) há companheiros que irão votar em Lula e outros que votarão nulo. Todos eles, como bons militantes e ativistas, estão em campanha por suas idéias e posições políticas. Mas é um total absurdo que a campanha eleitoral oponha-se à campanha salarial. Qualquer que seja o candidato no qual o petroleiro vai votar, a categoria tem de ter aumento de salário.

O calendário de lutas da FNP indicava uma paralisação de 24 horas para o dia 18. Mas, diante da traição da FUP, a categoria sentiu-se dividida e insegura – afinal, ainda existem 12 sindicatos filiados à federação governista.

Embora os petroleiros tenham votado nas assembléias contra a proposta da FUP de suspensão da campanha, ficaram inseguros para garantir a paralisação por 24 horas.

Mas os petroleiros realizaram paralisações e manifestações em todo o país. Foram realizadas assembléias no Litoral Paulista, em Belém e em Manaus, que aprovaram a continuidade da campanha. Em São José dos Campos (SP), todos os turnos farão uma paralisação de uma hora. No Rio de Janeiro também houve manifestações.

Em Alagoas, a Pilar I parou por uma hora. Em Sergipe, ocorreram mais paralisações. Em Campinas (SP), onde o sindicato é dirigido pela FUP, a direção saiu vaiada das assembléias setoriais e não colocou sua proposta em votação. No dia 19, o "abraço" ao Edise (edifício sede da Petrobras) em apoio à campanha de Lula contou somente com uns 50 "sindigatos pingados", sem respaldo da categoria.

A FNP reafirma que defende a decisão das assembléias de negociar todas as cláusulas do acordo coletivo de trabalho que tenham reflexos econômicos. Por isso, mantém sua disposição de luta, de pressionar o governo e a empresa para negociarem. Somente a nossa mobilização poderá resolver esse impasse.

WWW.PSTU.ORG.BR

Veja no Portal o manifesto dos petroleiros do PSTU pelo voto nulo

ATAQUES EM SERGIPE

Segurança da Petrobras filma petroleiros que participam de protesto

A gerência da Petrobras da Unidade Sergipe-Alagoas (UN-SEAL) passou a punir com advertência os trabalhadores que participam de assembléias nos locais de trabalho. Já foram enviadas mais de 20 cartas de advertência.

Além disso, está ainda em vigor o chamado interdito proibitório, obtido pela empresa para proibir assembléias em portarias. Essas medidas são um ataque ao direito à organização sindical assegurado pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinadas recentemente pelo governo brasileiro.

Ataques que se somam ao bloqueio pelo Ministério do Trabalho do dinheiro do imposto sindical, que deveria ser destinado ao sindicato da região. A FNP já publicou uma nota repudiando a atitude da empresa, a Conlutas aderiu à campanha e vai denunciar a empresa no Ministério Público do Trabalho e na OIT.

A Petrobras, que busca a imagem de empresa politicamente correta, não tolera uma organização independente dos trabalhadores, apenas entidades sindicais subservientes, como a FUP.

METALÚRGICOS

OPERÁRIOS DA VOLKS SÃO PRESSIONADOS A ADERIR AO PLANO DE DEMISSÃO

EMANNUEL OLIVEIRA, de São Bernardo do Campo (SP)

O drama dos trabalhadores da Volkswagen após o acordo firmado entre o sindicato e a empresa tem levado muitos operários ao desespero, aumentando os casos de depressão e o número de acidentes de trabalho.

Os trabalhadores foram mais uma vez enganados pela direção do sindicato. Acreditaram no seu presidente, José Lopes Feijóo – bastaria se inscrever no PDV (Programa de Demissão Voluntária) que tudo daria certo. Porém, muitos trabalhadores que ganham em média R$ 4 mil foram se inscrever e receberam um "não" como resposta.

A empresa só está aceitando a inscrição no PDV dos trabalhadores com salários menores, pois o valor do pacote vai diminuir em fevereiro. Quando o valor for menor, vai ser a hora dos que ganham salários maiores.

PRESSÃO PARA O TRABALHADOR ADERIR AO PACOTE

A direção do sindicato achava que os trabalhadores iriam aderir ao pacote. No entanto, a adesão está muito aquém do esperado e a empresa agora está pressionando os metalúrgicos a aderir ao programa.

O argumento utilizado pela Volks é dizer ao operário que ele estava na lista dos 1.800 demitidos. Como está garantido no acordo que, se o número não for atingido, a empresa pode criar um PDI (Plano de Demissão Indicada), muitos trabalhadores, ao não verem alternativa, acabam aceitando a pressão.

A direção do sindicato não faz nada e só está preocupada em garantir a reeleição de Lula. Muitos saíram da fábrica para fazer campanha eleitoral, deixando o caminho aberto para a empresa atacar os trabalhadores.

REPRESSÃO AUMENTOU APÓS ACORDO

Após o acordo, qualquer ato, como atraso, ir ao médico, um olhar torto para o chefe, é motivo para suspensão e advertência. A chefia chegou a tomar os rádios dos operários na linha de produção.

A Volks está pressionando também os trabalhadores lesionados. *"Isso é desumano"*, afirma um trabalhador que não quis se identificar. *"Trabalho há 15 anos na Volks. Estou doente da coluna e a empresa está me pressionando para eu pegar o pacote. Se eu sair não vou conseguir emprego lá fora, estou doente"*.

Outro trabalhador que aderiu o pacote contou que já não agüentava mais a tensão. *"Falei com a minha esposa e peguei o pacote, que se dane a Volks e esse sindicato pelego"*, disse João F. da Silva, 20 anos na empresa.

ÓDIO AUMENTA CONTRA A DIREÇÃO

Na fábrica, o ódio contra a direção do sindicato e a CUT aumentou. Na assembléia que fechou o acordo, antes de colocar a proposta em votação, o presidente do sindicato afirmou em tom para intimidar: *"se a assembléia dividir, está rejeitada a proposta"*. Pois bem, os trabalhadores dividiram-se e ele aprovou a proposta.

Como se não bastasse, a direção recusa-se a mostrar o acordo feito com a empresa. Vários trabalhadores desconfiam que haja mais pontos que não foram ditos na assembléia."sindigatos pingados", sem respaldo da categoria.

A FNP reafirma que defende a decisão das assembléias de negociar todas as cláusulas do acordo coletivo de trabalho que tenham reflexos econômicos. Por isso, mantém sua disposição de luta, de pressionar o governo e a empresa para negociarem. Somente a nossa mobilização poderá resolver esse impasse.

A CORÉIA DO NORTE E A QUESTÃO NUCLEAR

CECÍLIA TOLEDO, da revista **Marxismo Vivo**

A pressão dos Estados Unidos contra os países que defendem a utilização da energia nuclear, mesmo que seja para fins pacíficos, como o Irã, ou países que já estão fazendo testes com armas atômicas, como a Coréia no Norte, vem suscitando uma discussão acalorada, sobretudo entre a esquerda, sobre o direito ou não de os países terem a bomba atômica, se isso vai ou não contra nossos princípios morais, se deveríamos ou não "repudiar a fabricação dessa arma, seja por que governo for". Esta discussão é muito importante e toca numa questão delicada para a luta dos trabalhadores pelo socialismo: os fins justificam os meios?

Não se pode tratar a questão do armamento nuclear de forma isolada do contexto, ou questionar este ou aquele tipo de arma. É preciso analisar cada caso em particular, porque como disse Lênin, a guerra nada mais é do que continuidade da política por outros meios e o nosso critério é sempre um critério de classe. Precisamos estudar cada guerra em particular e não tirar conclusões gerais, mas sempre verificar de forma bem precisa a quem os ataques atingem, quem se beneficia com eles e quem se prejudica.

O QUE QUER O IMPERIALISMO?

No caso específico da bomba atômica, não se pode esquecer que o imperialismo, em particular os EUA, busca impor seu monopólio nas armas nucleares para esmagar os povos e países que tenham algum grau de independência. E isso é tão importante para o imperialismo que este conseguiu formar uma frente única com todas as principais potências e o respaldo do Conselho de Segurança da ONU para impor seu plano. Aqui fica a pergunta: nós recusamos o direito do Irã, que é justamente um dos eixos do ataque do imperialismo, de ter armas nucleares porque sua possível utilização é em si um *método fascista*?

A análise deve ser, como já dissemos, de classe: se ajuda a enfrentar o inimigo ou, pelo contrário, serve para dividir as forças populares e dos trabalhadores. Lembremos os atentados em Madri ou no Iraque. Nós os denunciamos porque vão contra a luta dos trabalhadores e do povo iraquiano contra o imperialismo. Já na guerra de Israel contra o Líbano, o Hizbollah reagiu aos bombardeios sionistas contra as cidades libanesas mandando foguetes contra as cidades israelenses, que infelizmente acabaram atingindo também a população civil; mas nós defendemos o direito do Hizbollah e mais, os apoiamos, porque era uma forma de fazer frente à invasão israelense, atingindo-a na retaguarda.

No caso do Irã e da Coréia do Norte, há uma questão decisiva: hoje o imperialismo tenta impor seu controle absoluto sobre as armas nucleares, ou pelo menos fazer com que apenas os países imperialistas e seus clientes mais confiáveis as tenham. Assim, tenta fazer uma chantagem para fazer capitular todos os governos e direções que o enfrentam de alguma maneira. Por isso defendemos o direito dos países ameaçados de terem armamento nuclear para que não sejam invadidos ou chantageados com a ameaça de serem alvos de mísseis, seja de Israel, seja dos EUA. Partimos do princípio de que o grande perigo para a humanidade é o imperialismo, que desenvolveu e tem o controle das armas nucleares mais terríveis, e pode destruir totalmente o planeta e a humanidade inteira. Só o imperialismo americano as utilizou até hoje, para impor uma derrota humilhante a seus inimigos (o Japão, no final da Segunda Guerra Mundial, mas apontando para a URSS e todos os Estados Operários ou que tiveram um processo revolucionário).

Se estivermos contra o direito do Irã ou da Coréia de terem acesso à tecnologia e às armas nucleares, no momento em que o imperialismo está armado até os dentes, estamos fazendo eco à sua campanha que exige do mundo o desarmamento, com um discurso hipócrita, em nome de uma "paz" totalmente fictícia (na verdade, "a paz dos cemitérios"), enquanto guarda para si o direito de dominar os povos, explorar e massacrar quem ousa atravessar o seu caminho. A verdadeira ameaça para a humanidade é justamente essa.

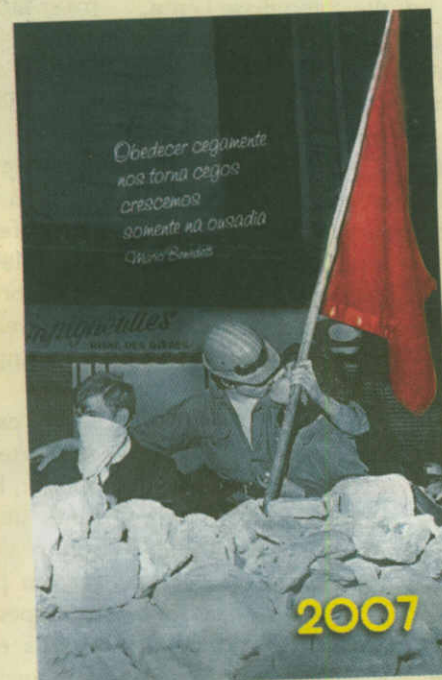
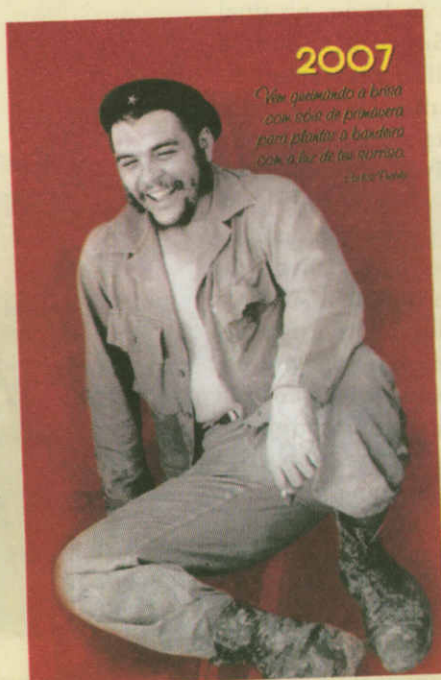
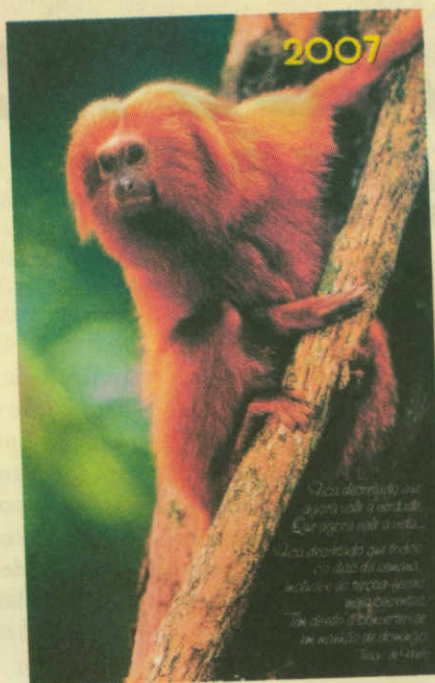
Bomba Lançada pelos EUA em Hiroshima

DESARMAMENTO GERAL EXIGE A DERROTA FINAL DO IMPERIALISMO

Nós lutamos pelo desarmamento nuclear geral, mas sabemos que isso exige a derrota final do imperialismo para poder concretizar-se. Hoje defendemos o desarmamento unilateral do imperialismo, mas para desarmá-lo é necessária a resistência armada dos países invadidos ou ameaçados de invasão, e dos movimentos de resistência armados, como o Hizbollah. Assim como em um país defendemos o desarmamento da burguesia e o fim de seu aparato de repressão, mas para isso defendemos o armamento operário, que é a única classe que pode chegar a destruir o Estado e suas forças armadas, em âmbito mundial defendemos o desarmamento do imperialismo. Enquanto não conseguimos isso, somos contra o desarmamento dos países semicoloniais atacados e defendemos seu direito de resistir à chantagem nuclear, desenvolvendo esse tipo de arma.

Existe também a dúvida de se devemos defender essa mesma posição em relação a um Estado burguês e a um governo não apenas burguês, mas sumamente reacionário, como é o caso da teocracia xiita do Irã, que reprimiu o movimento operário e em quem não confiamos nem sequer para combater o imperialismo. Aqui novamente prima o critério de classe. Trata-se de um país dominado contra o imperialismo que o quer submeter. Não por ser um Estado teocrático, ter um governo repressor, etc., mas opor-se até certo ponto à sanha colonizadora do imperialismo e de Israel. Independente do caráter de sua direção, estamos do lado do país semicolonial ou colonial contra o imperialismo e o sionismo. Além disso, é preciso lembrar que, com o desaparecimento dos Estados Operários e da ofensiva de Bush contra o que ele chama de "eixo do mal", todas as últimas guerras e confrontos foram nesse tipo de cenário, desde Afeganistão até o Iraque, a Palestina e o Líbano.

Sem entrar em detalhes específicos sobre os planos atuais da Coréia do Norte hoje, mas analisando em geral a questão do armamento nuclear, nós precisamos enfocar a questão de maneira concreta. É plenamente justificado o temor dos trabalhadores diante de governos que desenvolvem armas de destruição em massa, como é o caso das armas nucleares. Elas são armas que podem destruir países inteiros e causar danos irreparáveis ao planeta e à humanidade. Mas um temor maior devemos ter em relação ao imperialismo, porque o grande perigo não está no Irã ou na Coréia, que têm algumas armas ou estão começando a fabricá-las. O grande perigo é o imperialismo norte-americano, que detém armas poderosíssimas, e que já as usou contra Hiroshima e pode voltar a utilizá-las, dado seu afã por controlar o mundo e expandir seu poderio militar.

CHEGARAM AS AGENDAS 2007

Agora também em formato menor!

Uma agenda diferente. Com mais poemas, pinturas e fotografias, com um fundo para cada estação do ano e um caderno especial de abertura.

Encomende já a sua!

Agenda produzida pela Editora José Luis e Rosa Sundermann

Formatos: GRANDE: 12,9cm x 20,5cm. 408 páginas. PEQUENA: 11cm x 15,5cm. 240 páginas.